



X Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades

IV Seminário Nacional de Psicologia e Crítica da Cultura

CULTURA AFRO-BRASILEIRA E MÍDIAS: PARA ALÉM DOS ESTEREÓTIPOS

Leandro Bráulio Nascimento Nóbrega - Universidade Estadual da Paraíba

Considerações iniciais

Atentar para a trajetória da população negra no Brasil é uma proposta de estudo que está amparada na legislação que tornou compulsório o ensino de História e Cultura Afro-brasileiras no currículo das escolas do país. Isso porque no interesse pelo negro na sociedade brasileira reside preocupação com a identidade brasileira como uma forma de combate a discriminação e ao racismo. Dessa maneira, tratar da história dos afro-brasileiros e sua relação com a mídia revelam-se como uma possibilidade de análise crítica de lembranças e imagens esculpidas em estereótipos negativos e preconceituosos.

No Brasil, as discussões levantadas a respeito da História da África, dos africanos e afro-brasileiros descendem de investigações diversificadas e abordagens ampliadas que buscaram esclarecer o imaginário ocidental gestado sobre o Continente Negro. Nesse sentido, opera-se uma tentativa de rompimento com o olhar eurocêntrico que por anos estruturou os programas de ensino das escolas do país, culminando, em 2003, com a Lei 10.639, que tornou obrigatória a temática História e Cultura dos afro-brasileiros e da África no sistema educacional de Ensino Fundamental e Médio brasileiro. Essa iniciativa, ao alertar para o papel e o espaço reservado à História da África em meio às temáticas e conteúdos abordados nos livros didáticos e sobre a necessidade de formação acadêmica específica nessa área, propiciou um redimensionamento dos debates e reflexões a respeito do tema do racismo, da discriminação e da intolerância com incidência inclusive na formação de jornalistas e estudantes de Jornalismo. Segundo Oliva (2003), a Lei 10.639/03 é relevante porque caminha no sentido da superação das desigualdades raciais no Brasil.

Nesse sentido, a relevância deste trabalho é verificada na medida em que alavanca o desenvolvimento de estudos com foco nas relações entre a Comunicação (Mídia) e a História,



X Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades

IV Seminário Nacional de Psicologia e Crítica da Cultura

e seus reflexos sobre a cultura e a sociedade. Diante disso, a temática está articulada às questões voltadas para a diversidade étnico-racial, visto que se inclui no rol de políticas de ação afirmativas, recaindo na valorização da identidade, da memória e da cultura negras. E está especificamente inserida na linha de pesquisa que contempla trabalhos que discutam as representações das populações negras e da cultura afro-brasileira nas diferentes linguagens: literaturas, música, livro didático, cinema, mídias. Pelo seu caráter interdisciplinar, este estudo amplia as abordagens da pesquisa em comunicação e história.

O(s) conceito(s) da palavra cultura

O conceito da palavra cultura emerge de intrincado processo de desenvolvimento histórico em que o léxico assumiu variadas significações em razão dos usos diferenciados atribuídos a ele por diversas línguas de origem europeia. A gama de significados da palavra cultura, bem como dos substantivos dela derivados, desenvolveu-se, assim, a partir de um emaranhado de noções diferentes, conforme a época em que foi utilizada por diversas disciplinas intelectuais e sistemas de pensamentos distintos.

Em seus primeiros usos, o termo cultura designou o cuidado com as colheitas e os animais. Em seguida, ganhou nova dimensão ao incluir o processo de desenvolvimento humano.

Naturalmente, é a partir deste último desenvolvimento que o substantivo independente **cultura** iniciou sua complicada história moderna, mas o processo de mudança é tão intrincado, e os sentidos latentes às vezes se aproximam tanto, que não é possível afirmar uma data definitiva. Como substantivo independente, **cultura** - processo abstrato ou o produto de tal processo - só passa a ser importante no final do século XVIII e não é comum antes do século XIX (WILLIAMS, 2007, p. 118).

É nesse ínterim que é aplicada ao termo uma nova concepção quando cultura é associada à ideia de valores sociais. De acordo com Williams (2007),

havia nessa época [século XVIII] um desenvolvimento importante em alemão: a palavra foi emprestada do francês, primeiro grafada *Cultur* e, a partir do século XIX, *Kultur*. Seu principal uso era ainda como sinônimo de *civilização*, primeiro, no sentido abstrato de um processo geral de tornar-se 'civilizado' ou 'cultivado';



X Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades

IV Seminário Nacional de Psicologia e Crítica da Cultura

segundo, no sentido que já fora estabelecido para *civilização* pelos historiadores do iluminismo, na popular forma setecentista das histórias universais, como uma descrição do processo secular de desenvolvimento humano (WILLIAMS, 2007, p. 119).

A partir daí o termo cultura vai se aproximando do seu uso moderno, distinguindo-se desenvolvimento ‘humano’ do ‘material’. Isso tem implicações sobre a diversidade de modos de vida e pluralidade de criação artística.

É possível avaliar, portanto, a complexidade do desenvolvimento e do uso moderno da palavra. É fácil distinguir o sentido que depende de uma continuidade literal do processo físico, como hoje em ‘cultura de beterraba’, ou, na aplicação física especializada em bacteriologia desde a década de 1880, ‘cultura de germes’. Mas, quando vamos além da referência física, temos de reconhecer três categorias amplas e ativas de uso. (i) o substantivo independente e abstrato que descreve um processo de desenvolvimento intelectual, espiritual e estético, a partir do século XVIII; (ii) o substantivo independente, quer seja usado de modo geral ou específico, indicando um modo particular de vida, quer seja de um povo, um período, um grupo ou da humanidade em geral [...] (iii) o substantivo independente e abstrato que descreve as obras e as práticas da atividade intelectual e, particularmente, artística. Com frequência esse parece ser hoje o sentido mais difundido: cultura é música, literatura, pintura, escultura, teatro e cinema. [...] O uso (iii) é, na verdade, relativamente tardio. É difícil datá-lo com precisão (WILLIAMS, 2007, p. 121).

Sobre essa perspectiva que realça as possibilidades de realizações humanas, esse autor referenda:

É claro que, em uma disciplina, é preciso esclarecer o uso conceitual. Mas, em geral, o que é significativo é o leque e a sobreposição de sentidos. O complexo de significados indica uma argumentação complexa sobre as relações entre desenvolvimento humano geral e um modo específico de vida, e entre ambos e as obras e práticas e da inteligência. É particularmente interessante que, na *arqueologia* e na *antropologia cultural*, a referência indique fundamentalmente os sistemas de significação ou simbólicos. Isso confunde amiúde, mas, ainda mais frequentemente, esconde a questão central das relações entre produção ‘material’ e ‘simbólica’, que em algumas discussões recentes foram mais relacionadas do que contrastadas (WILLIAMS, 2007, p. 122).

Colocadas essas diferenças, na moderna antropologia cultural o conceito de cultura compreende uma diversidade de formas específicas que incluem, segundo Laraia (2009), “conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma comunidade” (LARAIA, 2009, p. 25). Diante



X Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades

IV Seminário Nacional de Psicologia e Crítica da Cultura

dessas questões, o conceito de cultura que se aplica aos estudos afro-brasileiros se dá em face de um movimento de base de uma nova educação que mira mudanças de mentalidade e comportamentos em relação à história do povo negro na sociedade brasileira.

Afrocentricidade e Lei 10.639/03: ressonâncias e perspectivas

Todo estudo que se debruçar sobre a formação social e cultural do Brasil deve considerar as relações desenvolvidas em território nacional desde os tempos de sua fundação entre os elementos culturais das mais diversas origens: culturas nativa (indígena), europeia, de matriz católica, e africana primordialmente. No tocante a investigação da contribuição dos elementos culturais africanos (aspectos linguísticos, artísticos, indumentários, culinários, tecnológicos, filosóficos, teológicos e religiosos) no espaço brasileiro desde o período escravocrata até os dias atuais, o intento representa um avanço na construção de um currículo e uma prática multicultural que realmente promova o diálogo e o respeito à diversidade étnica e cultural.

A inclusão de temas concernentes à Cultura e História Afro-brasileira nos currículos de ensino educacional, e por conseguinte na agenda midiática, torna-se, dessa forma, um desafio proporcional a amplitude do patrimônio herdado da população negra na história da sociedade brasileira, seja na esfera cultural, política ou econômica do país. Essa é também uma iniciativa ousada em razão de a trajetória de homens, mulheres e crianças negras ter sido por anos reproduzida e massificada em nossos espaços escolares e na imprensa, tanto em âmbito local quanto nacional, a partir de visões estereotipadas e negativas que relegaram qualquer valorização da participação da população negra na construção material e cultural do Brasil. É na direção de uma nova perspectiva educacional comprometida com uma pedagogia inclusiva, multicultural, de incorporação da temática da diversidade cultural/etnicorracial nos currículos escolares e de reivindicações e denúncias que incidem sobre a discriminação e marginalização racial, política, econômica, social e cultural do povo negro que se insere a relação entre cultura e estudos afro-brasileiros. De acordo com Silveira (2010), por meio do contraponto de sua História e Cultura, a gente negra tem nessa política afirmativa reparadora



X Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades

IV Seminário Nacional de Psicologia e Crítica da Cultura

de injustiças sociais uma relevante estratégia de superação de um processo histórico de submissão e desigualdades causador de péssimas condições de vida, trabalho, saúde e educação para os afrodescendentes.

O destaque, portanto, de experiências históricas recuperadas por uma nova historiografia, mediante a percepção e receptividade de novos conhecimentos, culturas e sujeitos, fundamenta a construção de uma mídia inclusiva e mais plural, enquanto que na educação escolar propicia uma visão positiva da população negra estimulando o respeito à diversidade e à tolerância.

História, Discursos, Mídia e a questão afro-brasileira

Para discutir a relação entre mídia e representações da afro-descendência é preciso atentar para dois aspectos principais: o registro oferecido pela informação visual representacional dos negros diante da sociedade e dos meios de comunicação e sob quais perspectivas é possível reconstruir essa identidade negra, valorizando-a positivamente.

O conceito de representação se constitui como categoria central da História Cultural. Um modo de compreender o que é representação seria entendê-la como uma forma de percepção e explicação da realidade a partir de discursos e/ou imagens, por exemplo. A correspondência da representação com o real não é tomada a partir do seu valor de verdade, isto é, por meio da construção de uma imagem perfeita, espécie de reflexo. Nesse sentido, pode-se dizer que a representação se sobrepõe a tradicional medição entre real e não-real. “A força da representação se dá pela sua capacidade de mobilização e de produzir reconhecimento e legitimidade social. As representações se inserem em regimes de verossimilhança e de credibilidade, e não de veracidade” (PESAVENTO, 2008, p. 41).

Visualiza-se, dessa maneira, a representação como fonte ou documento porque ela passa a ser um registro portador de significados. Para Pesavento (2008),

As representações são também portadoras do simbólico, ou seja, dizem mais do que aquilo que mostram ou enunciam, carregam sentidos ocultos, que, construídos social e historicamente, se internalizam no inconsciente coletivo e se apresentam como naturais, dispensando reflexão. Há, no caso do fazer ver por uma imagem simbólica,



X Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades

IV Seminário Nacional de Psicologia e Crítica da Cultura

a necessidade da decifração e do conhecimento de códigos de interpretação, mas estes revelam coerência de sentido pela sua construção histórica e datada, dentro de um contexto dado no tempo (PESAVENTO, 2008, p. 41).

Dessa maneira, a representação, enquanto realidade carregada de indícios que se colocam no lugar do acontecido, como forma de entender a realidade, se estrutura como fonte através do olhar do historiador.

Assim sendo, aproximamos o mundo da ficção (cinema, literatura, televisão, teatro), e por que não falar dos discursos midiáticos, das inquietações de Candido (2002), quando esse ensaísta reflete sobre as influências que exerce o meio social sobre a obra de arte e da influência desta sobre o meio social: “a obra é fruto da iniciativa individual ou de condições sociais, [...] na verdade ela surge na confluência de ambas, indissolavelmente ligadas.” (CANDIDO, 2002, p. 25 - 6). Isso porque personagens, grupos e classes retratados nos discursos, ficcionais ou não, embora nem sempre imbuídos de existência real, são representantes de uma determinada situação social que propicia possibilidades de leituras de posturas e comportamentos de uma temporalidade dada, podendo ocorrer com a compreensão dos conflitos presentes na trama social.

Em defesa de outra representação

Historicamente, a presença dos afro-brasileiros na mídia nacional esteve pautada pelo reforço de estereótipos negativos sobre o negro: ora as características visuais do corpo do negro eram colocadas em evidência (a cor da pele, o tipo de cabelo, as feições do rosto), ora se processava o imaginário social do negro preguiçoso, passivo, pobre, sujo, feio, burro e incapaz. Todavia, essa mídia pode atuar, através de suas diversas linguagens e discursos por elas propagados, como contraponto a inferiorização da imagem do negro.

Movimentando-se, estrategicamente, na direção da valorização da identidade racial, social, política e cultural do negro por meio do resgate e afirmação de sua herança cultural afirmando-a qualitativamente, e assumindo um discurso que fale de auto-estima, cidadania e consciência racial. Sendo assim, é propício ao discurso que alcança a publicidade, o telejornalismo, o cinema e a novela oferecer outras informações visuais com valor de



X Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades

IV Seminário Nacional de Psicologia e Crítica da Cultura

referência além daquelas tomas como natural a fim de combater a desvalorização estética e as pretensas poluição moral e inferioridade racial.

A compreensão da impressão de realidade no discurso midiático engendra abordagem acerca do poder de convencimento inerente às suas linguagens. No caso da linguagem cinematográfica, por exemplo, resguardadas as peculiaridades técnicas da arte das imagens em movimento, a reflexão se aprofunda dado o seu eficaz poder de convencimento ao apresentar, ainda que ficcionalmente, uma porção da realidade. Sobre essa relação de interação entre o domínio da reprodução convincente e o despertar do sentimento de credibilidade, diz Metz (2006):

Mais do que o romance, mais do que a peça de teatro, mais do que o quadro do pintor figurativo, o filme nos dá o sentimento de estarmos assistindo diretamente a um espetáculo quase real. Desencadeia no espectador um processo ao mesmo tempo perceptivo e afetivo de ‘participação’ [...], conquista de imediato uma espécie de credibilidade – não total, é claro, mas mais forte do que em outras áreas às vezes muito viva no absoluto –, encontra o meio de se dirigir à gente no tom da evidência, como que usando o convincente ‘É assim’, alcança sem dificuldade um tipo de enunciado que o linguísta qualificaria de plenamente afirmativo e que, além do mais, consegue ser levado em geral a sério. Há um modo fílmico de presença, o qual é amplamente crível. Este ‘ar de realidade’, este domínio tão direto sobre a percepção têm o poder de deslocar multidões (METZ, 2006, p. 16-17).

Assim apresentado, o veículo fílmico é uma forma de representação do real vivido, assumindo contornos que o associam à representação de realidades físicas, sociais e emocionais que nos são culturalmente comuns. Nesses termos, enquanto discurso, a cinematografia é arte modeladora de visão de mundo, não arbitrária e resultante de fatores sociais. É, portanto, nesse horizonte de discussão que se deve analisar a atuação da mídia, determinante para a gestação de uma certa visão de mundo, sobre os indivíduos e a sociedade.

Desse modo, a compreensão dos discursos históricos refletidos no domínio fílmico, bem como em outros espaços midiáticos, passa a estar centrada em seus aspectos comunicativos e na inscrição sócio-histórica da obra. Tal proposta compreende estudos no qual estão inseridas a construção e a produção de efeitos de sentido decorrentes do empreendimento de sujeitos historicamente situados. Sendo assim, da perspectiva que concebe uma indissolúvel relação existente entre língua, linguagem, história e sujeitos é que



X Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades

IV Seminário Nacional de Psicologia e Crítica da Cultura

incidem os estudos sobre discurso. Acerca da possibilidade de verificação de experiências do cotidiano de modo muito visível nos discursos, defende Fiorin (2002):

A linguagem tem influência também sobre os comportamentos do homem. O discurso transmitido contém em si, como parte da visão de mundo que veicula, um sistema de valores, isto é, estereótipos dos comportamentos humanos que são valorizados positiva ou negativamente. Ele veicula os tabus comportamentais. A sociedade transmite aos indivíduos – com a linguagem e graças a ela – certos estereótipos, que determinam certos comportamentos. Esses estereótipos entranham-se de tal modo na consciência que acabam por ser considerados naturais (FIORIN, 2002, p. 55).

No caso específico dos espaços ocupados por personagens afro-descendentes no cinema brasileiro, historicamente a ficção produzida sustentou a rede de sentidos depreciativos, também evidentes em outros discursos, que, de acordo com processos advindos do ideário do regime escravocrata, legitimou a exclusão do negro da cidadania e da construção da identidade nacional. Sobre essa questão, pontua Fonseca (2000, p. 92):

É pertinente observar que em decorrência do modo como a sociedade brasileira lidou com a questão escravocrata, as imagens de negros e de negrura continuam a ser modeladas por uma gama imensa de preconceitos que podem ser percebidos em diferentes lugares sociais ainda que, muitas vezes, encobertos por eufemismos (FONSECA, 2000, p. 92).

A permanência da discriminação pelas práticas discursivas do cotidiano cultural brasileiro, portanto, reitera a circulação de estereótipos repletos de conteúdos cheios de preconceito, aversões e hostilidades a grande parte da população brasileira, condensando no discurso midiático uma prática social impregnada de sentimentos negativos. Desse panorama explica-se a figuração do negro sem identidade, passivo e marginalizado nas representações do cinema, pois tido como selvagem, bruto e de raciocínio curto, o negro possui uma natureza propícia a desempenhar certas atividades que demandam um tipo de força que só ele tem. É uma crença que se desenvolve desde a era pós-abolicionista quando ex-escravos e seus descendentes, vitimados por intensa pobreza e preconceitos, desprotegidos de qualquer política de integração à sociedade, passaram a ter ocupações degradantes e mal remuneradas. Assim, essa tendência de subvalorização do negro evidencia que ele foi, num sentido geral,



X Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades

IV Seminário Nacional de Psicologia e Crítica da Cultura

relegado ao ajuste possível na nova ordem social, a favor do acaso e engrossando a maioria dos excluídos hoje presente nos grandes centros urbanos.

Em decorrência desse processo, a estigmatização da população negra consolida-se por uma gama de preconceitos nascidos do fato de o negro ter ficado umbilicalmente associado a ocupações que passaram a ser definidos, na grande maioria das vezes, pela cor de quem as executa. Por tal motivo, ao longo da história da formação do povo brasileiro, o negro continuou a ser reconhecido por códigos que definem e justificam a sua presença em tarefas mal remuneradas que o impedem de alcançar uma real integração à sociedade a que pertence (FONSECA, 2000, p. 96-97).

Para que o afro-brasileiro esteja adequadamente representado nos discursos midiáticos é preciso fomentar a desarticulação desse quadro discriminatório e na medida adequada preservar os índices da herança africana e os valores presentes na cultura negra muitas vezes invisibilizados pelo ideário popular que é alimentado pela crença de que certas funções devem ser ocupadas por estereótipos específicos.

Essa visão, que aprisiona o negro em estereótipos construídos segundo os modos como a sociedade lida com os descendentes de escravos, perpassa também olhares que, querendo-se críticos, endossam os valores defendidos pela sociedade. Mesmo em configurações que se querem afastadas de preconceitos e com as quais se busca assegurar o direito de o negro se colocar como sujeito do seu discurso, percebem-se figuras herdadas do sistema de compartimentação própria da sociedade escravocrata. Ainda quando se quer transgredir a tipificação do chamado homem de cor e ultrapassar os estereótipos negativos que configuram a sua marginalização, as representações de negro tendem a cair nas armadilhas de justificativas ou na idealização de qualidades. A estética do atleta vigoroso ou da mulata exuberante e sensual serve bem a esse propósito. Percebe-se que a distância entre a posição que pretende justificar a exclusão do negro e a que o celebra, desde que assuma um lugar predeterminado, é, às vezes, insignificante. Daí, o perigo de se fortalecer numa visão que aprisiona o negro em lugares em que sua identidade só pode ser delineada através de utopias e anacronias que desarticulam a sua efetiva integração na sociedade como cidadão (FONSECA, 2000, p. 94-95).

Nesse contexto, é preciso tratar da questão racial motivando outras leituras acerca da contribuição histórica e cultural dos afrodescendentes para a formação da sociedade brasileira a fim de que negros e negras, mais próximos das esferas de decisão, rompam com as estruturas discursivas de discriminação, preconceito e racismo. Conclui Fonseca (2000):

Muitos dos traços que continuam a legitimar preconceitos existentes na sociedade brasileira ligados à cor de pele, às feições do rosto, ao tipo e cabelo e a uma gama



X Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades

IV Seminário Nacional de Psicologia e Crítica da Cultura

infundável de elementos que qualificam ou desmerecem o indivíduo, têm sua origem num processo configurado pela mercantilização da escravidão, que transforma o africano em coisa, objeto de escambo ou de troca monetária. Mas é preciso destacar que são os mesmos traços que fortalecem argumentos sobre a pretensa inferioridade dos africanos que, aos poucos, vão sendo transformados em símbolos da identidade de espaços que, como o Brasil, são herdeiros da diversidade étnica que os navios negreiros trouxeram para garantir o sucesso das atividades desenvolvidas nas terras do Novo Mundo (FONSECA, 2000, p. 92).

CONCLUSÃO

Em face do que foi dito, concluímos, portanto, que o presente estudo propiciou-nos discutir a aproximação entre História e Cultura Afro-Brasileira e mídias a partir de uma problemática da atualidade: a demanda existente em relação à aplicação efetiva da Lei 10.639 como forma de combate aos estereótipos e ao racismo no âmbito educacional e também dentro de uma perspectiva midiática.

Ademais, este estudo, ao debater a questão racial e sua relação com a mídia, contribui também para a produção de subsídios teóricos de grande valia em relação à herança histórica africana e afro-brasileira e sua relação com as representações midiáticas, oportunizando, assim, uma perspectiva de mídia voltada para a pluralidade e isenta do reforço de estereótipos negativos.

REFERÊNCIAS

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**: estudos de teoria e história literária. 8. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 2002.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**. São Paulo: Editora Ática, 2002.

FONSECA, Maria Nazareth Soares. Visibilidade e ocultação da diferença: imagens do negro na cultura brasileira. In: _____. (Org.). **Brasil Afro-brasileiro**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 87-116.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.



X Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades

IV Seminário Nacional de Psicologia e Crítica da Cultura

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

WILLIAMS, Raymond. Cultura. In: _____. **Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 118-125.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Políticas afirmativas e quotas: construção histórica do direito à igualdade substantiva. In: ROCHA, Solange Pereira da.; FONSECA, Ivonildes da Silva. **População negra na Paraíba: educação, história e política**. Campina Grande: EDUFCEG, 2010.